EDUCAÇÃO AMBIENTAL: COMPREENDENDO SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL POR MEIO DE UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Matheus Bezerra de Oliveira[1]

RESUMO: o ensino da Educação Ambiental – EA é garantida por lei através do artigo 225, inciso VI da Constituição Federal e demais leis infraconstitucionais, inclusive em âmbito Estadual e Municipal, no entanto o que se percebe na prática é uma realidade diversa da presente em toda extensa legislação que regulamenta o ensino da EA no Brasil. O presente estudo busca por meio de uma Revisão Bibliográfica que abarca todas as publicações encontradas nas plataformas pesquisadas até o mês de junho de 2019 para compreender a que passo anda a Educação Ambiental para povos indígenas no Brasil, tendo em vista que esses povos tradicionais não possuem historicamente um comportamento ecológico, porém possuem relação intrínseca com o meio ambiente. Os resultados e discussão foram apresentados em três categorias: 1) Objetivos da Pesquisas abordadas 2) Metodologias Aplicadas 3) Resultados encontrados. Sugerem-se , que sejam realizados futuros trabalhos a fim de investigar a fundo os principais problemas ambientais presentes em cada localidade, e de que forma a EA pode ajudar a solucioná-los, promovendo melhorias na vida dessas comunidades, por meio de um processo do empoderamento dos estudantes e profissionais da educação para que atuem como modificadores da realidade social.

Palavras-chave: Educação Indígena; Legislação; Educação Ambiental.

[1]Universidade Federal do Sul da Bahia. E-mail: matheus_bezerra12@hotmail.com

ABSTRACT: the teaching of Environmental Education - EA is guaranteed by law through article 225, item VI of the Federal Constitution and other infraconstitutional laws, including in State and Municipal scope, however what is perceived in practice is a reality diverse from the present in all extensive legislation that regulates the teaching of EE in Brazil. The present study searches through a Bibliographic Review that covers all the publications found in the platforms researched until the month of June 2019 to understand what step Environmental Education is going on for indigenous peoples in Brazil, considering that these traditional peoples do not have historically an ecological behavior, but have an intrinsic relation with the environment. The results and discussion were presented in three categories: 1) Research Objectives addressed 2) Applied Methodologies 3) Results found. It is suggested that future work be undertaken to thoroughly investigate the main environmental problems present in each locality, and how EA can help solve them by promoting improvements in the lives of these communities through a process of empowerment of students and education professionals to act as modifiers of social reality.

Keyword: Indigenous Education; Legislation; Environmental Education.

Introdução

A educação brasileira não é tradicionalmente sustentável, os fazeres pedagógicos que promovem a questão ambiental podem ser considerados uma novidade, visto que a Lei Nº 9.795 que regula a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA só foi promulgada em 27 de abril de 1999 e a Política Estadual de Educação Ambiental da Bahia foi instituída no ano de 2011 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental do MEC em 2012.

Entretanto, estudos já comprovaram que a Educação Ambiental deve ser processo permanente inserido no âmbito da educação em virtude da sua capacidade de contribuir com fomento de reflexões e da compreensão das relações sócio históricas entre sociedade-natureza. De forma que os indivíduos e coletividades possam despertar para a necessidade de uma atuação intervencionista e mediadora nos conflitos e problemas ambientais, assumindo uma postura ativa de mudança de realidade social.

Foi exatamente em reconhecimento à importância da Educação Ambiental que a nossa Carta Magna (CF/88) trouxe em seu artigo 225, inciso VI a garantia constitucional que determina ao Poder Público a incumbência de promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Vale destacar que existem leis também no âmbito estadual, a exemplo o Poder Público da Bahia por meio da Lei 12.056/11, instituiu a Política Estadual de Educação Ambiental que visa articular a Educação Ambiental, além de fortalecer o seu papel junto à gestão ambiental como um todo.

Imperioso destacar ainda que também existem garantias no âmbito municipal, podemos aqui citar a Política Municipal de Educação Ambiental, como acontece nos Municípios baianos de Ilhéus e Porto Seguro, respectivamente, através das Leis Municipais n° 2313/89 e 1167/14, onde são garantidos os ensinamentos ambientalistas nas escolas municipais, em todos os níveis educacionais e também na comunidade em geral.

Percebe-se assim que legislativamente em nosso país a Educação Ambiental encontra-se amparada por todos os entes da Administração Pública.

Contudo, são inúmeros os exemplos de que a sociedade brasileira ainda não possui uma Educação Ambiental de qualidade, crítica e transformadora que proporcione a construção de Sociedades Sustentáveis, no mais amplo sentido dos termos, além de uma patente necessidade de conscientização lastreada em valores éticos e sociais, conforme nos mostra do documento produzido pelo Ministério da Educação brasileiro intitulado “O que fazem as Escolas que dizem que fazem Educação Ambiental?” (MEC, 2007), que constatou em seu bojo que a universalização do acesso à Educação Ambiental no Brasil atual encapsula um número significativo de desafios, que podem e devem ser identificados, a partir da realização de uma pesquisa em profundidade no próprio loco do processo pedagógico: a escola. Ressalte-se que é exatamente neste sentido que se propõe o presente projeto de pesquisa.

Ademais, a situação fica ainda mais periclitante quando observamos a realidade das minorias e dos povos tradicionais indígenas, que são comunidades que não são historicamente ecológicas e que foram serem submetidas a uma “catequização” ainda mais predatória, fazendo com que se encontrem em situação de vulnerabilidade e sem políticas públicas que atuem na proteção do meio ambiente e na construção de sociedades locais sustentáveis, sobretudo por meio de uma Educação Ambiental eficaz e condizente com as garantias legais.

Frise-se que, por se tratar de comunidades que possuem uma relação intrínseca com o meio ambiente, vislumbra-se a necessidade de uma Educação Ambiental alinhada com as políticas públicas da área.

Ressalte-se que a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e legislações subsequentes determinam que a educação indígena tenha um tratamento diferenciado em relação às demais escolas. Contudo, na prática é perceptível que não há um pleno cumprimento da legislação.

Nesta linha de conexão, este estudo tem como finalidade compreender de que forma vem acontecendo o ensino de Educação Ambiental no Brasil e as suas limitações, para que se possa futuramente contrastar os dados obtidos com os dispositivos legais constitucionais e infraconstitucionais, inclusive as leis estaduais e municipais que asseguram a promoção da

Educação Ambiental e políticas públicas no âmbito das escolas e de uma forma específica sobre as escolas indígenas.

O presente trabalho torna-se relevante na medida em que contribuirá diretamente para a ampliação da produção de conhecimento sobre a EA no Brasil, fortalecendo, desta forma, o escopo da pesquisa no país.

Método

Nas últimas décadas vem despontando na sociedade uma tendência de proteção ambiental com maior vigor, isso se deu em razão da necessidade urgente de mudança percebida socialmente, em função do agravamento da crise socioambiental. Essa nova onda protecionista abarcou diversos setores da sociedade, inclusive o campo educacional, em que a Educação Ambiental figura como uma ferramenta para gerir os problemas do meio ambiente, além de oportunizar um futuro sustentável, assim como afirmam os estudiosos Sorrentino, Trabjer e Ferraro Jr (2005, p. 01) no artigo Educação Ambiental como Política Pública:

> A Educação Ambiental surge como uma das possíveis estratégias para o enfrentamento da crise civilizatória de dupla ordem, cultural e social. Sua perspectiva crítica e emancipatória visa à deflagração de processos nos quais a busca individual e coletiva por mudanças culturais e sociais estão dialeticamente indissociadas.

O presente estudo busca assim, realizar uma Revisão da Literatura, método que segundo Gil (2008, p. 50), “é desenvolvido a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos”.

Assim, foi estabelecido como tema a Educação Ambiental para os Indígenas que figura, portanto com a primeira fase do estudo, onde foi constituído o questionamento que se busca responder nesta oportunidade, qual seja: Como está a situação da Educação Ambiental para os povos indígenas no Brasil?

E no intento de responder a pergunta acima, aprofundamos a pesquisa nos estudos bibliográficos já existentes sobre o tema utilizando as bases de dados a seguir descritas: Scientific Eletronic Library On-Line (Scielo) e Web of Science.

Para concretização da busca foram utilizadas as palavras *Indigenous Environmental Education Brazil*, escolhidos em virtude da finalidade da pesquisa onde se vislumbrou sistematizar a realidade de EA para indígena em âmbito nacional, excluindo assim publicações que tratassem de realidade diversa, a pesquisa foi feita em língua inglesa para selecionar os melhores artigos sobre o tema. Assim, entre os critérios de exclusão ou não dos artigos,

foram selecionados apenas os que tratavam sobre algum aspecto da Educação Ambiental e concomitantemente trouxessem nuances sobre comunidades indígenas brasileira, sendo encontrados artigos em língua inglesa e espanhola.

Inicialmente foram encontrados 86 (oitenta e seis) artigos na plataforma Web os Science e 08 (oito) na base da Scielo, sem restrição de anos e utilizando todos os tópicos.

Sendo que destes artigos foram lidos os resumos e diante dos critérios de inclusão, apenas 09 (nove) trataram sobre a temática versada neste trabalho.

Destaque-se que foi observado que grande parte dos estudos referiam-se a aspectos biológicos e agropecuários das populações e habitats indígenas, sendo que poucas tratavam sob o olhar social dessas comunidades, sendo ainda mais difícil encontrar literatura específica sobre a Educação Ambiental Indígena.

Após as etapas mencionadas, foram feitas leituras dos artigos, analisando-os quanto o seu conteúdo, metodologia, objetivos e resultados obtidos. Por fim, analisou-se os dados obtidos categorizando-os e permitindo a sistematização dos mesmos.

Resultados e discussão

A partir da busca realizada foram encontrados 86 publicações, sendo que após a leitura dos resumos e no refinamento feito de acordo com os critérios de inclusão e exclusão e leitura na íntegra foram selecionados 09 artigos, disponibilizados em duas bases de dados: Scielo (01 artigo) e Web of Science (08 artigos), conforme Quadro 1.

Quadro 1: Informações dos artigos obtidas e organizadas pelo autor.

Título do artigo	Autores	Ano
Lessons from environmental impacts on indigenous communities in contemporary Brazil	Thais Janaina Wenczenovicz; Cristhian Magnus De Marco	2018
The Environmental Perspective In The Indigenous School "Gaten" Of The Community Kaingang Foxa, Lajeado/Rs – Brazil	Fabiane da Silva Prestes; Luis Fernando da Silva Laroque	2018
Environmental perception of Terena indigenous teachers from environmental drawings	Maria Nascimento; Elisangela Castedo; Angela Maria Zanon	2018
Narratives of Resistence: Lessons from the Guarani and Kaiowa case towards an Intercultural Environmental Education	Ana Julia Barros Farias Zaks; Ana Tereza Reis da Silva	2017

Continua...

...continuação.

Título do artigo	Autores	Ano
"Indigenous children" of Tekoa Pindo Mirim and the intersections with nature: contributions to the field of Environmental Education	Luana Santos da Silva; Narjara Mendes Garcia	2017
Interculturality and the impact on the indigenous environment in Aquidauana – MS	Maria Nascimento; Elisangela Castedo; Angela Maria Zanon	2016
Intercultural Reflections on indigenous environmental education	Beatriz Osorio Stumpf; Denise Rosana Wolf; Maria Aparecida Bergamaschi	2016
OTHER EPISTEMOLOGIES IN ENVIRONMENTAL EDUCATION: Learning From The Traditional Knowledge Ofindigenous Peoples	Iluska Lobo Braga, Jeoval Batista da Silva, José Moreira da Silva Neto, Flávio de São Pedro Filho	2016
Notas sobre ecomunitarismo, educación ambiental y pensamiento indígena latinoamericano: los xavante y el Popol Vuh	Sirio Lopez Velasco	2008

Imperioso ressaltar que ao observarmos o ano de publicação dos artigos pesquisados na plataforma Web os Science, concluímos que 03 (três) foram publicados no ano de 2018, 02 (dois) são no ano de 2017 e 03 (três) também no ano de 2016 e nenhum no ano de 2015, já na plataforma Scielo nenhum artigo foi encontrado entre os anos mais atuais (2015 – 2019), apenas um artigo foi encontrado, sendo o mesmo do ano de 2008.

Tornando possível se inferir que a Educação Ambiental para as comunidades indígenas no Brasil já foi um tema pouco explorado e com pouco interesse da comunidade científica, no entanto, o fato da maior parte das publicações serem dos últimos quatro anos já demonstra uma mudança nesse paradigma. Até porque estamos vivendo uma mudança de visão sobre os povos indígenas, fato corroborado inclusive pelas pesquisas sobre esses povos tradicionais e percebido também na leitura dos artigos estudados, conforme se observa do artigo Wenczenovicz e De Marco (2018, p. 200).:

> Durante muito tempo a questão indígena esteve centrada na figura do indígena propriamente dito, ou seja, na utilização da sua força de trabalho, nos questionamentos de sua natureza humana e no impasse de serem considerados ou não cidadãos brasileiros. Atualmente os objetos de estudo e procedimentos metodológicos foram alargados e o foco da questão indígena foi transferido da identidade desses povos para a conservação da biodiversidade regional e global, demarcação territorial, etnocídio, exploração das suas terras, violência, dentre outros.

Dos artigos pesquisados, 08 (oito) estavam em língua Inglesa e apenas um em língua espanhol, além de todos apresentarem abordagem qualitativa, variando entre estudo de caso, pesquisa bibliográfica, estudo da jurisprudência, levantamento documental, pesquisa de campo por meio de fase exploratória,

elaboração de diários de campo, registros fotográficos, análise de desenhos, narrativas dos representantes indígenas, cartografia, entre outros.

De forma mais minuciosa, nos atemos a categorizar a pesquisa na busca de trabalharmos três aspectos dos artigos encontrados - Objetivos da Pesquisas abordadas; Metodologias Aplicadas; Resultados encontrados.

Em assim sendo, abaixo trataremos sobre os dados obtidos, de forma sistematizadas, para conhecermos o processo educacional ambiental em Escolas Indígenas em âmbito nacional.

Objetivos

Diante da leitura dos artigos acima citados, realizamos o levantamento dos objetivos de cada estudo, observando-se que os estudos variavam muito quanto suas finalidades: análise de impactos ambientais; perspectiva ambiental de uma escola indígena; percepção e conceito de meio ambiente entre os professores de escolas indígenas; relação das crianças indígenas com o meio ambiente e a EA; análise de propostas e reflexões de práticas ambientais em comunidades indígenas; formas de contribuição do conhecimento indígena para práticas de EA.

Sendo que todas as pesquisas e seus respectivos objetivos estudavam comunidades ou povos indígenas específicas, até porque para que se alcance uma educação indígena diferenciada com foco na Educação Ambiental de qualidade é necessário atender primeiramente as necessidades locais, sendo assim imprescindível identificar a realidade local, os entraves para a atuação legislativa plena e o estabelecimento de processos educativos próprios, conforme artigo “Environmental perception of Terena indigenous teachers from environmental drawings”, que objetivou “verificar o conceito de ambiente dos professores indígenas dos anos iniciais do Ensino Fundamental da Escola Municipal Indígena "Marcolino Lili" do Município de Aquidauana / MS” (ZANON, et al, 2018).

No entanto todos os objetivos e as próprias pesquisas abordadas trazem resultados sociais, vez que buscam analisar perspectivas diferenciadas desses povos e sempre trazem consigo alguma contribuição social, a exemplo do artigo “Other epistemologies in environmental education: learning from the traditional knowledge ofindigenous peoples”, que tem como objetivo : “demonstrar como conhecimento tradicional dos povos indígenas contribui nas práticas de Educação Ambiental” (BRAGA, et al., 2016).

A maioria dos trabalhos considera de forma importante a opinião, falas e o próprio conhecimento da cultura e modos de vida das comunidades indígenas. Abordando inclusive formas aliar as questões culturais com questões ambientais, esta última no seu caráter interdisciplinar, como feito no artigo “The Environmental Perspective In The Indigenous School "Gaten" Of The Community Kaingang Foxa, Lajeado/RS – Brazil”, onde objetivou-se “identificar a perspectiva ambiental na Escola Indígena Gaten (espírito da

floresta) em face do conhecimento etnobotânico e da Educação Ambiental" (PRESTES, et al., 2018).

Revelando assim que uma Educação Ambiental crítica e interdisciplinar tem poder de transformação social, restando cristalino em todas as pesquisas o cunho sociológico que vê nas práticas pedagógicas ambientais um caminho promissor e modificador da realidade atual, respeitando e resguardando a cultura própria destes povos. Desta forma, os objetivos das pesquisas estudadas contribuíram para a melhoria das condições de vida das populações indígenas e no seu relacionamento com o meio ambiente.

Contribuindo, ainda, para a conservação dos ecossistemas locais. Além de realizarem os primeiros diagnósticos da Educação Ambiental para indígenas no país e possibilitando o reconhecimento acerca das práticas escolares e formas viáveis para que se possa planejar ações sustentáveis que fortaleçam a Educação Ambiental nas escolas indígenas, subsidiando até mesmo a implantação da EA em outras comunidades escolares.

Assim, de forma geral os Objetivos das pesquisas resumem-se na busca e análise de processos educacionais ambientais em Escolas Indígenas, levando em consideração questões históricas, sociais, políticas, culturais, e econômica, e algumas até mesmo buscam a alternativas para o desenvolvimento da EA que se alie à conservação ambiental e cultural.

Metodologias

No que se referem às metodologias aplicadas, a totalidade dos artigos utilizaram abordagens qualitativas.

Havendo variação apenas quanto ao método utilizado, o mais utilizados foram o estudo de caso, que permitiu o pesquisador ingressar e ter acesso ao cotidiano das comunidades pesquisadas, bem como possibilitou a percepção do mesmo sobre os sujeitos da pesquisa, estreitando o contato com o fenômeno pesquisado, como ocorreu nos artigos "The Environmental Perspective In The Indigenous School "Gaten" Of The Community Kaingang Foxa, Lajeado/Rs – Brazil" e o artigo "Environmental perception of Terena indigenous teachers from environmental drawings", sendo que no segundo a pesquisa foi dividida em etapas: análise do planejamento e observação das aulas para verificar a frequência em que a EA aparece; Elaboração, interpretação e análise de desenhos ambientais, que permitiu a captação das informações desejadas de forma mais pessoal e íntima, inclusive permitiu o aprofundamento de pontos percebidos por outras técnicas.

No entanto houve também estudo da jurisprudencial, levantamento documental, pesquisa de campo por meio de fase exploratória, elaboração de diários de campo, registros fotográficos, análise de desenhos, narrativas dos representantes indígenas, cartografia, entre outros.

Destaque-se aqui o artigo “Intercultural Reflections on indigenous Environmental Education”, que fundamentou a sua pesquisa em um trabalho de campo realizado pelo projeto "Ar Água e Terra: Vida e Cultura Guarani: Ações de recuperação e conservação ambiental e etnodesenvolvimento em aldeias indígenas Guarani do RS, nos anos de 2011 e 2012.

Já o trabalho “Notas sobre ecomunitarismo, educación ambiental y pensamiento indígena latinoamericano: los xavante y el Popol Vuh”, o autor Sirio Lopez Velasco relacionou o ecomunitarismo e a Educação Ambiental com os mitos e alguns aspectos básicos da cultura xavante e do Popol Vuh.

Outro método que se destacou foi a pesquisa bibliográfica, através da análise de títulos, resumos e a artigos completos, que abordassem a temática ambiental na educação indígena, incluindo ainda o estudo sobre os povos indígenas pesquisado, abarcando o seu histórico, seus modos de vida (“modo de ser e viver”), de produção e a relação com o território, bem como com o estudo das Diretrizes da Educação Indígena e sua diferenciação e especificidades.

Resultados encontrados

Os estudos constataram que a Educação Indígena nem sempre possui uma atenção diferenciada sobre as questões ambientais, o que é um erro, já que a EA tem grande importância desde a formação inicial, já que o ambiente é intrinsecamente envolvido na dinâmica de vida dessas comunidades. Neste mesmo sentido indica Stumpf et al (2016):

> Mbya Guarani com relação à situação atual de algumas de suas aldeias mostram a importância de projetos educacionais participativos interculturais nestas áreas, com objetivos de melhoria ambiental, social e econômica. É importante que estas atuações tenham como base as percepções dos próprios Mbya, sendo desenvolvidas de acordo com suas especificidades, através de processos contínuos de diálogo intercultural, construção coletiva e troca de experiências, ideias e saberes, de modo a contribuir para sua revitalização cultural; integrando conhecimentos, técnicas e estruturas provenientes de outras culturas, de acordo com a necessidade.
>
> Processos educativos ambientais com abertura para a interculturalidade proporcionam a integração, a articulação e a troca de pensamentos e práticas entre diferentes culturas, na construção coletiva em direção a um objetivo comum, que favoreça a ambos os grupos sociais e ao cuidado natural, em uma perspectiva que integra a dimensão ambiental, social, cultural, econômica e política, envolvendo fortalecimento de etnias, participação em decisões políticas, conservação de recursos naturais, geração de renda e garantia de direitos. Esta concepção pode contribuir para a valorização das aldeias e

> para a provisão e a manutenção das condições necessárias à qualidade de vida destas comunidades, de um modo participativo e integrado à questão ecológica, favorecendo a conservação da biodiversidade e de mananciais de água, a recuperação de solos e a recomposição de paisagens, em uma perspectiva de desenvolvimento que integra aspectos como preservação ambiental, valorização étnica, autonomia cultural, justiça social e educação intercultural.
>
> Para esta abordagem é necessária a integração entre múltiplos saberes, métodos e técnicas, provenientes de diversas culturas, articulando conhecimento científico e tradicional, teórico e prático, mental e emocional, artístico e filosófico. Experiências desse tipo, integradas a propostas de pesquisa, podem contribuir para o aprofundamento de muitos aspectos interculturais, suscitando reflexões e construções em diferentes áreas de conhecimento, em uma visão transdisciplinar.

A Educação Ambiental pode também estimular um pensamento crítico com enfoque em algumas questões, como as heranças coloniais e as monoculturas, além de problematizarem os conflitos socioambientais a partir da visão dos sujeitos que os vivenciam, e para além de tudo isso, a pesquisa com povos indígenas demonstram que ademais dos fundamentos da Educação e da crítica socioambiental, existem conhecimentos, como a sabedoria Guarani e Kaiowá, que informam outros caminhos, de mundo e de natureza, que por vezes se mostram mais coerentes com demandas de justiça e sustentabilidade. (ZAKS et al., 2017).

Porém, Zanon et al., 2018, identificou em seu estudo sobre a percepção dos professores indígenas sobre o meio ambiente, uma visão naturalista que separa o homem de natureza.

Já Wenczenovicz, et al., 2018, demonstrou através de seu estudo a existência uma distância significativa entre a ação ambiental dos coletivos e as políticas públicas. As falhas são de ambos os lados: governo e cidadãos. Em se tratando de comunidades indígenas o problema se agrava já que estes são extensão da natureza.

Assim, a Educação Ambiental para indígenas no Brasil encapsula um número significativo de desafios, de início, cabe ressaltar que o processo histórico de formação do País, caracterizado pela dilapidação territorial, onde disseminou-se uma cultura que perdura até a atualidade, onde os recursos naturais, devido a sua diversidade e grande quantidade, são vistos, equivocadamente, como inesgotáveis.

Infelizmente, esse arcabouço histórico exerce forte influência em diversos campos sociais, sobretudo, no legislativo e educacional, há de se levar em consideração o avanço legislativo das últimas décadas, no entanto, ao contrastarmos as legislações com seus reais efeitos, percebemos a falta de

efetividade das mesmas, bem assim, a falta de políticas públicas que atuem de forma alinhadas as Leis, não sendo assim capazes de superar a degradação do meio ambiente.

Conclusão

Ao analisar a literatura nacional, este trabalho contribuiu para o aprofundamento do diagnóstico do estado da arte da Educação Ambiental no país. O que, por sua vez, possibilitará a lapidação da construção teórico-metodológico da EA em conformidade com seus marcos legais regulatórios, possibilitando assim o reconhecimento e uma reflexão acerca das práticas escolares e de forma que torne viável o planejamento de ações sustentáveis que fortaleçam a Educação Ambiental nas escolas, bem como a possibilidade de fomentação pela construção de alternativas mais sustentáveis de viver e produzir, o que poderá contribuir com a melhoria das condições de vida das populações indígenas na região e no seu relacionamento com o meio ambiente.

No entanto, este estudo nos permitiu concluir que ainda é reduzido o número de pesquisas de cunho social envolvendo os povos indígenas no Brasil, sobretudo no que se refere à Educação Ambiental.

Observando-se as pesquisas analisadas, percebe-se que todas caminham num mesmo sentido e corroboram na ideia de que é possível e necessário aliar a questão cultural e econômica com a Educação Ambiental levando em consideração as necessidades específicas de cada lugar, por meio de um processo educacional que valorize e resgate os conhecimentos tradicionais e promova a autossustentabilidade, a fim de minimizar as agressões ao meio ambiente e promover a cultura, além de possibilitar novas alternativas de desenvolvimento que melhorem a qualidade de vida.

Sob essa perspectiva, futuros trabalhos podem ser realizados a fim de investigarmos a fundo e aprofundarmos na Educação Ambiental para Indígenas, de forma a se caracterizar a realidade local, delimitando os principais problemas ambientais presentes em cada localidade, e de que forma a EA pode ajudar a solucioná-los, promovendo melhorias na vida dessas comunidades, por meio de um processo do empoderamento dos estudantes e profissionais da educação para que atuem como modificadores da realidade social.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituição.htm>.

DA SILVA, L.S.; GARCIA, N.M. “Indigenous children" of Tekoa Pindo Mirim and the intersections with nature: contributions to the field of Environmental Education. **Remea - Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Ed: 1. 2017. p. 250-169.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, M.; MEDEIROS, H. Q. Notas sobre ecomunitarismo, educación ambiental y pensamiento indígena latinoamericano: los xavante y el Popol Vuh. **Remea - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Ed: 2. 2008. p. 223-243.

NASCIMENTO, E.C.M; ZANON, A.M**.** Environmental perception of Terena indigenous teachers from environmental drawings**. Remea - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Ed: 1. 2018. p. 229-241.

NASCIMENTO, E.C.M; ZANON, A.M**.** Interculturality and the impact on the indigenous environment in Aquidauana - MS. **Remea - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Ed: 3. 2016. p. 265-280.

PRESTES, F.D.; LAROQUE, L.F.D. The Environmental Perspective In The Indigenous School "Gaten" Of The Community Kaingang Foxa, Lajeado/Rs – Brazil. **Revista Inclusiones**. Ed.: SI, 2018. p. 30-41.

STUMPF, B.O.; WOLF, D.R.; BERGAMASCHI, M.A. Intercultural Reflections on indigenous environmental education. **Remea - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental.** Ed: 2. 2016. p. 247-267.

WENCZENOVICZ, T.J. MARCO, C.M. Lessons from environmental impacts on indigenous communities in contemporary Brazil. In.: **Revista Brasileira de Direito**. Ed. 2. 2018. p 198-212.

ZAKS,A.J.B.F.; SILVA, A.T.R. Narratives of Resistence: Lessons from the Guarani and Kaiowa case towards an Intercultural Environmental Education. **Remea - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Ed: Si. 2017. p. 150-169.